

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Síntese do Relatório

Cuidar o Futuro

Briefing Summary

Caring for the Future

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Síntese do Relatório

Cuidar o Futuro

Briefing Summary

Caring for the Future

FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Título: Caderno Temático 3 e 4: Síntese do Relatório – Cuidar o Futuro/ Briefing
Summary – Caring for the Future

Coleção: Maria de Lourdes Pintasilgo e os Desafios da Sociedade Contemporânea

Edição: Fundação Cuidar o Futuro

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Nota: Este relatório na versão resumida foi publicado pela 1ª vez em junho de 1996
sob a chancela da Oxford University Press. A tradução portuguesa foi feita por
Regina Tavares da Silva.

Foram mantidas a ortografia e a linguagem dos textos originais.

Coordenação editorial: Fundação Cuidar o Futuro

Revisão tipográfica: Sofia Roborg-Søndergaard

Design e produção gráfica: Guide – Artes Gráficas, Lda.

Paginação: Guide – Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal n.º 436012/18

ISBN 978-972-99870-5-2

Índice

- | | | | |
|-----------|--|------------|--|
| 5 | Prefácio | 63 | Caring for the Future |
| 11 | Cuidar o Futuro | 71 | A Global Tax on Financial Dealings |
| 21 | Uma Taxa Global Sobre Transações Financeiras | 75 | New Priorities for Aid |
| 27 | Novas Prioridades para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento | 81 | Sustainable Quality of Life as a New Policy focus |
| 33 | Qualidade de Vida Sustentável - um Novo Enfoque Político | 87 | Quality of life rights not yet recognized in binding un treaties |
| 41 | Um Novo Contrato Social: O Estado Cuidador | 89 | A New Social Contract: The Caring State |
| 47 | Emprego: Criação de Postos de Trabalho, Redução do Desemprego | 95 | Employment: Creating Jobs, Reducing Unemployment |
| 53 | Saúde Reprodutiva: Conciliação de Direitos e Responsabilidades | 99 | Reproductive Health: Reconciling Rights and Responsibilities |
| 59 | Informação sobre a Comissão | 105 | Background Information on the Commission |

Prefácio

Em 1992, quando Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004) recebeu o convite para presidir, no âmbito das Nações Unidas, à Comissão Independente População e Qualidade de Vida (ICPQL, na sigla inglesa) o seu reconhecimento internacional, fundado no brilho persistente do seu leque muito amplo de predicados humanos e competências técnicas, estava no auge. Envolvida desde muito jovem, ainda no Portugal do Estado Novo, tanto em trabalho pericial e de consultoria para instituições nacionais e internacionais como no desempenho de responsabilidades políticas directas, Maria de Lourdes Pintasilgo (doravante, MLP) seria (e foi-o até hoje) a primeira cidadã portuguesa a assumir, entre 1 de Agosto de 1979 e 3 de Janeiro de 1980, o cargo de Primeiro-Ministro no V Governo Constitucional, constituído por iniciativa do Presidente da República Ramalho Eanes. O convite das Nações Unidas aconteceu num período histórico de acelerada transição, pleno de incertezas e de desafios, assinalado na sua coluna vertebral pelo miraculoso fim pacífico da guerra-fria, devido à providencial liderança da URSS por M. Gorbachev. Para uma personalidade como a sua, onde coração e razão batiam em uníssono, as circunstâncias do tempo e do modo tornavam o convite completamente irrecusável. MLP jamais perderia uma oportunidade para dar um contributo, por muito modesto que fosse, para reorientar o curso da história na melhor das direcções possíveis.

O desafio da ICPQL correspondia inteiramente à personalidade cosmopolita e acolhedora de MLP. Ela movia-se com inteiro à-vontade em ambientes poliglotos e multiculturais. Mesmo metodologicamente, os três anos de trabalho da Comissão Independente registaram o seu cunho próprio. Pela primeira

vez em organizações deste tipo foi respeitada a paridade de gênero, não por obediência a nenhum imperativo de discriminação positiva, mas respeitando sempre elevados critérios de qualidade, incluindo a rara combinação entre conhecimento e militância que a encantavam como característica pessoal de comprometimento pessoal com o mundo e a sociedade. Do mesmo modo como só colocando as mulheres na linha da frente, seria possível obter as suas achegas e experiências para o Relatório, também metodologicamente o trabalho da Comissão procurou dar voz às pessoas comuns que nos diferentes terrenos de luta cívica faziam a diferença. Para essas vozes poderem ser pronunciadas e escutadas pela Comissão, ecoando depois na duração indeterminada que um documento deste tipo poderá ter, foram realizadas, em diversos países, sete Audições Públicas, em que participaram personalidades de várias origens e campos de actividades, proveniente de cerca de 50 Estados. Os membros da Comissão puderam, assim, dialogar com um público qualificado, mas muito mais vasto. Isso permitiu calibrar e validar as mensagens principais, bem como as prioridades a comunicar e a conter no Relatório.

No plano substantivo, a tarefa da Comissão estava ancorada nos grandes temas que para MLP seriam capazes de decidir o rumo do mundo na fase de transição iniciada com o colapso da ordem bipolar mundial instaurada após a derrota dos Estados do Eixo, em 1945. Como ela própria refere no “prefácio” à primeira edição do Relatório, o ano de constituição da Comissão Independente, 1992, coincidiu com a realização da importante Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a famosa Cimeira da Terra, que teve como palco o Rio de Janeiro, em Junho desse ano. Essa conferência, levada a cabo 20 anos após a primeira iniciativa do gênero das Nações Unidas (a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, Estocolmo, Junho de 1972), procurava aprofundar o trabalho de outra Comissão Independente das Nações Unidas, também chefiada por uma mulher, a primeira-ministra norueguesa Gro Brundtland, que em 1987

publicara o importante relatório “O Nosso Futuro Comum”, onde foi definitivamente aceite e legitimado o uso de um conceito aparecido poucos anos antes, mas que só depois do Relatório Brundtland teria circulação universal: o conceito de “desenvolvimento sustentável”¹. A população era parte fundamental do desafio civilizacional do ambiente e do desenvolvimento, por isso em 1994 se realizou também mais uma grande iniciativa das Nações Unidas: a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento. É neste turbilhão de acontecimentos e mudanças de escala planetária, num frágil e instável quadro de transição, que o pensamento e a acção de MLP se insere, sendo este Relatório, cuja segunda edição portuguesa aqui assinalamos, um testemunho vivo da sua inteligência e originalidade.

Quais são os contributos de MLP para a temática da superação da crise ambiental e do desenvolvimento sustentável, de que este Relatório é um excelente exemplo?

Em primeiro lugar, MLP bate-se por um modelo epistémico que permita pensar de modo integrado os problemas. Contra os especialistas de vistas curtas, que erguem “diques” entre objectos de estudo, mutilando realidades vivas em estreita conexão, MLP exige um “salto quântico” capaz de permitir o cruzamento e a fertilização interdisciplinar de saberes e disciplinas científicas. Por isso, a população como problema não se poderá esgotar nos quadros estatísticos da demografia. Estamos a falar também de pessoas e de aspirações, de pobreza, exclusão, mas também esperança. Só numa articulação mais ampla poderemos compreender a população e seus problemas. Só nesse quadro compreensivo, e criticamente validado, será possível propor estratégias e instrumentos de solução.

1 The World Commission on Environment and Development, *Our Common Future*, Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 8.

Em segundo lugar, MLP não adere a uma visão rígida da sustentabilidade baseada na tríade estática das dimensões ambientais, sociais e económicas, que, infelizmente, ainda hoje aparece como padrão inquestionado em muitos discursos de pessoas e instituições relevantes. Ao salientar o carácter central de “qualidade de vida” no Relatório a que presidiu, o que MLP salienta é a importância da sustentabilidade como processo político e social dinâmico, envolvendo a participação do maior número possível de cidadãos, organizações e instituições. E essa participação só pode ser convocada e transformada em algo de efectivo se as questões centrais dos padrões de consumo e das tecnologias e organização da produção, do trabalho e da igualdade, da justiça e da equidade estiverem acima duma visão redutoramente gestonária e administrativa.

Em terceiro lugar, o próprio título do Relatório exhibe uma originalidade. “Cuidar o Futuro” significa colocar no centro do debate e da acção pública a questão da justiça entre gerações. Um tema tão esquecido e desprezado neste século XXI que parece estar capturado pelo mítico canto de sereia do “eterno presente”. Sem cuidar das condições de possibilidade, isto é dos fundamentos objectivos da sustentabilidade de uma vida social com dignidade, com recursos naturais, com pão, com educação, com trabalho com direitos, não haverá nem futuro nem presente, pois entraremos numa época de violência e entropia, sem paralelo na história universal. Pelo contrário, MLP insiste no facto de que ao cuidar do futuro estaremos a criar as alianças globais e a exercer uma profunda metamorfose nos valores que poderá desviar a actual transição histórica mundial, que ela representa por uma curva sigmoideal, da perigosa vertigem do crescimento exponencial, que destrói a capacidade de carga da Natureza sem a qual não haverá futuro, para uma nova época onde a interdependência e a cooperação prevalecem sobre a independência obstinada e a competição hostil.

Em quarto lugar, MLP tem plena consciência de que os grandes princípios só poderão mudar o mundo se encontrarem um trilho para ser percorrido ao

lado e no coração das mulheres e dos homens concretos. Esse caminho só pode ser aplanado pela política. Pelas decisões de indivíduos e de instituições com poder de deliberação e decisão. A política faz-se com propostas que permitem gerar instrumentos efectivos, portadores de mudanças materiais na realidade. Este Relatório está repleto de propostas desse tipo, mas eu destacaria, pela sua enorme e persistente actualidade neste ano de 2017, apenas duas: 1) a proposta de um imposto universal sobre transacções financeiras (uma ideia pioneira e premonitória, avançada doze anos antes do sistema de financeirismo irrestrito e desregulado que manda no mundo ter precipitado, em 2008, o planeta no maior caos económico e financeiro desde 1929); 2) Um “Projecto Manhattan” para acelerar a transição energética global para as energias renováveis, libertando a humanidade tanto da dependência dos combustíveis fósseis – com o resultado inquietante das alterações climáticas em pleno curso e mais visível do que em 1996 – como da falsa alternativa da perigosa e dispendiosa energia nuclear. Esta proposta foi efectuada ainda antes do Protocolo de Quioto (Dezembro de 1997), continuando inteiramente válida nesta altura em que o frágil Acordo de Paris (Dezembro de 2015) se encontra também ameaçado.

Por todas estas razões, entre muitas outras que o leitor descobrirá por si próprio, esta reedição é inteiramente oportuna. Com ela celebramos também uma portuguesa de excepcional valor e um ser humano portador de uma inteligência luminosa, só ultrapassada pela sua bondade e disponibilidade para se colocar ao serviço do próximo. A vida e o exemplo de MLP dão-nos alento, nos momentos mais sombrios, para acreditar que ainda existe um grau de esperança razoável para a humanidade e o seu futuro em condições de justiça e dignidade.

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES²

2 O autor escreve segundo a antiga ortografia.

Cuidar o Futuro

Relatório da Comissão Independente
sobre a População e a Qualidade de Vida

A Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida é uma comissão internacional estabelecida em 1993 por sete governos (Canadá, Alemanha, Japão, Países Baixos, Noruega, Suécia e Reino Unido), três agências internacionais (Fundo das Nações Unidas para a População, Federação Internacional de Planeamento Familiar e Banco Mundial) e as cinco maiores fundações privadas (Ford, Rockefeller, MacArthur, Hewlett e Mellon). O mandato da Comissão consistia em elaborar uma nova visão sobre a população e a qualidade de vida.

O mundo enfrenta uma situação de crise em que as questões do ambiente, qualidade de vida e população se entrecruzam. A população global aumenta 88 milhões por ano – uma nova Índia dentro de uma década. Os danos ambientais crescem em todas as áreas: pesca excessiva, cursos de água e costas poluídas, erosão do solo, desflorestação, buraco do ozono, aquecimento global.

Apesar do rápido crescimento económico registado na Ásia, a pobreza continua teimosamente persistente em quase toda a parte. Um a dois mil milhões de pessoas veem ainda serem-lhes negados os mais básicos direitos a uma qualidade de vida minimamente aceitável. Cerca de 800 milhões são mal alimentados; 1.300 milhões não têm acesso a água potável; 900 milhões de adultos são analfabetos e mais de 400 milhões de crianças não têm acesso à educação.

O Norte enfrenta os seus próprios problemas graves: desemprego, insegurança económica, desagregação familiar, criminalidade crescente e a crise do Estado social.

Do ponto de vista político regista-se um fracasso na solidariedade, visão e responsabilidade. Os programas internacionais que apontam para a erradicação da pobreza ou o combate aos problemas ambientais como objetivos

prioritários não têm o financiamento adequado e as políticas nacionais dão prioridade às metas económicas, negligenciando a qualidade de vida. Temos de transformar os sistemas económicos que ainda consideram as condições sociais e ambientais como “externalidades”.

Se estas tendências não forem rapidamente revertidas, o planeta terá em meados do próximo século uma população de cerca de 11 mil milhões, com problemas ambientais a atingir níveis críticos e com pobreza e divisões sociais descontroladas.

A Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida, presidida pela antiga primeira-ministra Maria de Lourdes Pintasilgo, apresenta um conjunto desafiador de propostas concretas para uma mudança radical de direção:

- Colocar a qualidade de vida sustentável no centro da decisão política.
- Acelerar o progresso no sentido de uma estabilização da população mundial através de esforços maciços nas áreas da saúde, educação e ajuda ao desenvolvimento.
- Olhar as pessoas como a primeira prioridade das políticas nacionais e internacionais.
- Elevar os grupos de pobres, marginais e excluídos para um patamar mínimo dentro de duas décadas.
- Estabelecer novos padrões de produção e consumo, e encorajar novos estilos de vida no contexto da economia globalizada e do rápido progresso tecnológico.
- Promover um novo sentido de responsabilidade mútua, guiada pelo cuidado – não apenas como um princípio ético, mas também como o fundamento de decisões políticas a todos os níveis.
- Modificar os padrões de governação, a nível nacional e internacional, no sentido de ultrapassar impasses na ordem internacional.

Principais aspetos³

A Comissão está convencida de que “mais do mesmo não interessa”. Assim, o relatório acentua não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a sustentabilidade social, e reforça a sinergia entre as duas. O conceito dominante relativo ao desenvolvimento – exclusivamente económico e obcecado com a desregulamentação – inevitavelmente produz uma exclusão maciça dentro das várias sociedades, entre as nações, e em todos os continentes. Isto requer mudanças no planeamento de políticas e medidas, bem como na própria tomada de decisão política.

Recursos para o desenvolvimento

- Novas prioridades para a assistência ao desenvolvimento: A ajuda futura deve focar-se nos mais pobres das nações mais pobres, e no desenvolvimento humano sustentável – educação, saúde incluindo saúde reprodutiva, planeamento, mulheres e ambiente.
- Uma nova taxa global deve ser adotada para todas as operações financeiras internacionais (incluindo não apenas transações em numerário, mas também obrigações e outros títulos, ações e derivados financeiros). Isto poderia render 150 mil milhões de dólares por ano para pagar programas prioritários acordados desde 1990 pelas conferências internacionais sobre pobreza, ambiente, direitos reprodutivos, crianças e mulheres.

Trabalho

- O problema do desemprego e do subemprego não é tanto um problema de falta de trabalho, mas antes de distribuição: distribuição do trabalho, rendimento e dos bens produtores de rendimento como a terra ou o crédito.

3 Estes são desenvolvidos com maior detalhe nas páginas seguintes.

- Em sociedades predominantemente rurais, as oportunidades de trabalho devem ser potenciadas pela reforma agrária, pela redistribuição dos dinheiros públicos das grandes zonas urbanas para as cidades e aldeias rurais e para as zonas degradadas, e com a concessão de crédito para microempresas e para o setor informal.
- Em sociedades industrializadas, o trabalho e os rendimentos que existem podem ser melhor distribuídos pela redução de horas de trabalho a nível nacional e pela criação de novas funções nas profissões relacionadas com o cuidado e com o ensino, bem como relativamente ao ambiente, através da criação de parcerias públicas com os setores comunitário e privado.
- Redefinição do trabalho: A Comissão propõe que se redefina o trabalho num sentido amplo, que inclui tanto o emprego como o trabalho não pago (maioritariamente feito por mulheres), beneficiando a sociedade no seu todo, as famílias e os indivíduos, e assegurando uma distribuição equitativa da riqueza gerada.

Saúde e direitos reprodutivos

- Completar a revolução dos cuidados de saúde primária: Os recursos destinados a serviços curativos e hospitalares deveriam ser aplicados em prevenção de saúde pública, clínicas comunitárias de cuidados primários e programas de cuidados domiciliários. Os programas de ajustamento estrutural devem exigir que seja mantido o nível de despesa em saúde.
- Cuidados primários de saúde reprodutiva: Os serviços básicos de saúde reprodutiva devem ser alargados a todos, tão cedo quanto possível, através de um novo modelo de Cuidados Primários de Saúde Reprodutiva. Este deverá proporcionar serviços básicos de planeamento familiar e de maternidade segura ao nível da comunidade.

Educação

A educação é a chave do desenvolvimento social e, potencialmente, de todos os aspectos da qualidade de vida. Propõe-se uma mudança radical, usando o enorme potencial dos novos meios de comunicação nas abordagens educacionais e revendo os conceitos e modelos práticos de educação. O nosso objetivo é o de uma política alternativa de educação.

- Deve ser dada prioridade à prossecução da igualdade no que se refere a taxas de matrícula e de literacia de homens e mulheres, rapazes e raparigas. A educação para as raparigas e mulheres é a mais importante medida que se pode tomar para a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.
- Deve começar imediatamente a preparação dos anos 2001-2010 como Década da Educação Básica Universal. No fim da década, todas as crianças, meninos e meninas, devem ter pelo menos seis anos de educação primária gratuita. Todos os adultos devem ter acesso, à distância máxima de uma hora de deslocação, a educação básica, incluindo a leitura, a escrita e a aritmética, bem como a noções essenciais de saúde e nutrição, cuidados das crianças, organização comunitária e cuidados ambientais.
- Adoção generalizada dos novos meios de comunicação na educação. As imensas possibilidades oferecidas pelos meios de comunicação e pelas novas tecnologias educativas devem ser amplamente utilizadas.

Ambiente

Há limites para a capacidade de carga – a carga máxima que se pode impor ao ambiente antes que este perca a capacidade de suportar as nossas atividades. Há, pois, que avaliar os limites e tentar permanecer dentro dos mesmos. Esta tarefa é particularmente crítica no que se refere a alimentos, água doce, pescas e clima.

- Uma “revolução verde” mais verde para combinar a conservação com um aumento da produção. As futuras políticas e investigação agrícolas devem aumentar a conservação e melhorar a produção em simultâneo, em vez de tratar de ambas as dimensões em separado.
- Aumentar o financiamento da investigação energética. A fim de evitar alterações climáticas catastróficas, é preciso acelerar a mudança de fontes de energia fóssil para fontes de energia renovável. No entanto, os gastos em energias renováveis nos países da OCDE foram reduzidos em 40 por cento entre 1982 e 1993. O nível de financiamento da investigação em energias renováveis deve ser aumentado de forma muito acentuada.
- Projeto Manhattan para acelerar o desenvolvimento das energias renováveis. Deve ser constituída, com financiamento internacional, uma rede considerável de laboratórios (com os melhores investigadores nesta área) para a investigação e desenvolvimento de novas tecnologias de energias renováveis. Uma sinergia de esforços que deverá conduzir, tão cedo quanto possível, a novas tecnologias que deverão ser livremente disponibilizadas aos países em desenvolvimento.

Governança

- A melhoria sustentável da qualidade de vida deve ser o principal foco das políticas dos governos do Norte e do Sul.
- Todos os países devem elaborar um plano nacional de desenvolvimento social. Este deverá incluir metas e prazos para que os grupos mais pobres e mais marginalizados atinjam um patamar nacional considerado mínimo, no qual devem ser incluídos todos os aspetos essenciais da qualidade de vida – pobreza, trabalho, habitação, saúde e direitos reprodutivos, mulheres, crianças, educação.

- Direito ao desenvolvimento: Um sistema robusto de direitos humanos no âmbito das Nações Unidas deve ser o fundamento para um novo impulso, no sentido de se assegurar uma base mínima de qualidade de vida para todos no planeta, num prazo de duas décadas.
- Maior participação: esta deve ser encorajada em todos os países através de uma maior utilização de diferentes formas de consulta pública e do envolvimento da sociedade civil na elaboração de políticas e na supervisão de serviços.

Uma Taxa Global Sobre Transações Financeiras

Um novo imposto de apenas 0,01 por cento sobre transações financeiras internacionais deveria render 150 mil milhões de dólares por ano para financiar programas internacionais prioritários para o desenvolvimento e o ambiente.

Contexto

Os programas acordados internacionalmente têm permanecido letra morta por falta de financiamento assegurado. As conferências das Nações Unidas realizadas desde 1990 têm acordado na realização de enormes programas de ação nas áreas da educação, crianças, ambiente, população, pobreza, etc.

Até agora não foi possível registrar uma avaliação global de custos, já que muitos destes programas se sobrepõem. Nas estimativas da Comissão, o custo total em termos de ajuda e concessão de empréstimos é de, pelo menos 146 mil milhões de dólares por ano - quase duas vezes e meia o total anual da ajuda prestada pelos países desenvolvidos em 1992-3.

No entanto, os compromissos globais continuam estagnados por falta de financiamento. Há um acumular crescente de promessas não realizadas e não há mecanismos que garantam os custos necessários.

Entretanto, são as próprias Nações Unidas que atravessam uma crise financeira provocada por pagamentos devidos que chegam tarde ou que não chegam mesmo.

A Comissão acredita que esta situação é insustentável e se arrisca a minar a credibilidade das conferências internacionais e a tornar letra morta os compromissos globais.

O mundo não pode mais confiar na generosidade hesitante de países individuais. A ajuda está à mercê de cortes nos orçamentos nacionais e o mundo precisa urgentemente de uma fonte mais fiável de recursos para as prioridades internacionais.

Principais recomendações

1. As Nações Unidas devem proceder a um levantamento global de todos os programas prioritários acordados internacionalmente, com as respectivas estimativas detalhadas de custos.
2. A fonte de financiamento mais promissora para estes programas, e para outras atividades das Nações Unidas, deveria ser uma taxa internacional sobre todas as transações efetuadas nos mercados financeiros a nível mundial.

Neste momento, as políticas económicas nacionais estão à mercê dos mercados financeiros internacionais. Num único dia em Abril de 1995, o volume de negócios nos mercados internacionais de divisas totalizou o número impressionante de 1.3 biliões de dólares - 1.300.000.000.000 de dólares. Isto é superior a cinco vezes o produto anual da África subsaariana. As transações anuais representam mais de dez vezes o montante do PIB a nível mundial.

Uma taxa sobre operações em moeda local foi proposta pela primeira vez pelo economista americano James Tobin em 1972, para evitar as mudanças caóticas que minaram políticas económicas nacionais e desestabilizaram governos.

Para evitar a deslocação de negócios para outras áreas, a Comissão recomenda o lançamento de uma taxa fixa para todo o tipo de transações financeiras globais, presentes e futuras, incluindo valores mobiliários, títulos, ações e derivados financeiros.

Cobrada a um nível modesto de 0,01 por cento, a taxa poderia render pelo menos 150 mil milhões de dólares por ano para objetivos a nível internacional – duas vezes e meio o montante destinado à ajuda. Com um nível tão baixo, não afetaria as transações legítimas, mas poderia dissuadir movimentos cambiais especulativos desestabilizadores.

Os resultados seriam recolhidos pelos bancos centrais nacionais e poderiam ser depositados num Fundo de Prioridades Globais. Uma nova Autoridade para as Prioridades Globais seria então necessária para guardar e distribuir os fundos.

3. As Nações Unidas devem encomendar estudos detalhados sobre mecanismos de financiamento alternativos, a serem submetidos à Assembleia Geral de 1997. Estes devem incluir:
 - i. Autorizações, negociáveis a nível internacional, para a emissão de dióxido de carbono.
 - ii. Taxas sobre o transporte internacional por ar e por mar.
 - iii. Taxas sobre frequências e satélites de telecomunicações.

Recursos Anuais Necessários para alguns programas prioritários a nível global

OBJETIVO	CONFERÊNCIA	CUSTO (DÓLARES)
Educação básica para todos	Conferência Mundial sobre Educação para todos, 1990	5-\$6 mil milhões
Cuidados de saúde primários Redução da mortalidade de menores de 5 anos	Cimeira Mundial sobre as Crianças, 1990	\$5-\$7 mil milhões
Água e saneamento para todos	ibid	\$10-\$15 mil milhões
População	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, 1994	\$5,7 mil milhões
Desenvolvimento Sustentável Ambiente, etc.	Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, 1992	\$80 mil milhões
Combate à Pobreza	ibid	\$15 mil milhões
Habituação	ibid	\$25 mil milhões

Novas Prioridades para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento

A futura ajuda ao desenvolvimento deve pôr o enfoque nos mais pobres das nações mais pobres e no desenvolvimento humano sustentável – educação, saúde, incluindo saúde reprodutiva, crianças e ambiente.

Contexto

A ajuda ao desenvolvimento não está a chegar, em medida adequada, às pessoas e aos países que dela mais necessitam. Esta ajuda tem diminuído em termos de percentagem do Produto Interno Bruto. Não obstante a meta de 0,7 por cento, acordada pelos países desenvolvidos em 1970, esta percentagem nunca ultrapassou metade deste patamar. Em 1993 desceu mesmo para 0,3 por cento. Ao mesmo tempo aumentam as carências nos países mais pobres, ultrapassados pela globalização – especialmente na África subsariana.

Por outro lado, esta ajuda não está a ser prestada na medida das necessidades (ver quadro). Os cálculos da Comissão mostram que os países mais pobres com um rendimento médio per capita inferior a 2.000 dólares por ano receberam apenas uma ajuda de 8,23 dólares por pessoa em 1991. Os países com rendimento entre 4.000 e 5.000 dólares receberam doze vezes mais.

Ao desenvolvimento humano e ao ambiente é atribuída uma parcela não adequada da ajuda ao desenvolvimento. Estes setores, que incluem a educação, a saúde, o planeamento familiar e a igualdade para as mulheres, são seguramente os que mais poderiam aproveitar do apoio ao desenvolvimento: porque podem reduzir a pobreza, fomentar o crescimento económico,

melhorar o bem-estar e salvar o ambiente. E, no entanto, em 1992, apenas 29 por cento desta ajuda foi para o desenvolvimento humano e para a agricultura. E uma parte ainda mais reduzida foi destinada a satisfazer as necessidades básicas dos mais pobres nestas áreas. Em 1989-91, apenas 7 por cento foram aplicados na educação básica, cuidados de saúde primários e água potável.

Recomendações principais

1. A ajuda pública ao desenvolvimento deve ter o seu principal enfoque nos mais pobres dos países mais pobres

Toda a ajuda deve ser dirigida para os países com rendimento real abaixo de 3.000 dólares. O apoio a países com um PIB real superior a 3.000 dólares não deve ser classificado como ajuda pública ao desenvolvimento e a parte que lhes tem sido destinada deve ser canalizada para países com rendimentos inferiores a 2.000 dólares. O apoio a países como Singapura ou Israel não deveria ser oficialmente considerado como ajuda pública ao desenvolvimento.

Em 1991 foram concedidos 16 mil milhões de dólares a países com rendimento real superior a 3.000 dólares. Se esta soma tivesse sido redistribuída a países com rendimentos inferiores a 2.000 dólares (sem alteração do segmento de 2.000 a 3.000 dólares), a ajuda por pessoa nos países mais pobres poderia ter sido aumentada em 75 por cento.

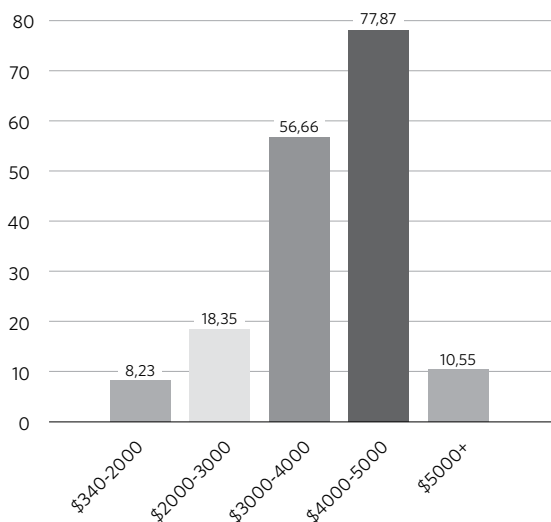
2. A ajuda ao desenvolvimento deve focar-se de modo crescente numa melhoria sustentável da qualidade de vida

Deve ser dada prioridade à ajuda para o desenvolvimento humano e assistência na realização dos direitos humanos fundamentais reconhecidos nas convenções da Nações Unidas.

A Comissão apoia a proposta 20-20 apresentada durante a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhaga, Março de 1995), segundo a qual 20 por cento da ajuda ao desenvolvimento e 20 por cento

dos orçamentos nacionais devem ser atribuídos a programas sociais prioritários.

A Comissão recomenda que este seja um primeiro passo no sentido de um aumento mais significativo da ajuda destinada a uma melhoria sustentada da qualidade de vida.



Fonte: Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida

Qualidade de Vida Sustentável – um Novo Enfoque Político

Uma melhoria sustentada da qualidade de vida deve ser o foco central dos governos do Norte e do Sul. O sistema de direitos humanos das Nações Unidas deve ser a base para um novo impulso no sentido de se assegurar um mínimo básico de qualidade de vida para todas as pessoas do planeta.

Contexto

Em anos recentes, as políticas têm apontado primariamente para objetivos de caráter económico: crescimento económico no Sul, estabilidade económica no Norte. Têm sido estas as prioridades, acima de quaisquer outras como equidade, sustentabilidade ambiental, emprego e coesão social.

No entanto, as pessoas estão preocupadas acima de tudo com a questão da qualidade nas suas vidas. E isto não se limita à área da economia, porque cobre todos os aspetos da experiência humana, desde a saúde à nutrição, à educação, à habitação e ao ambiente, bem como a questões de ordem social como segurança e participação.

As Nações Unidas, nas suas declarações legalmente vinculativas, reconhecem direitos fundamentais em todas estas áreas (ver quadro). Contudo, os mecanismos para fazer cumprir os direitos económicos e sociais são frágeis. No momento presente, a maioria dos governos, da comunicação social e das ONG põem o enfoque principal nos direitos civis e políticos e raramente se preocupam com abusos relativamente a direitos económicos e sociais, tais como o direito a não ter fome, o direito à saúde, ou o direito ao trabalho – embora se registe uma estimativa, no momento presente, de cerca

de 800 milhões de pessoas desnutridas, 900 milhões de analfabetos, e 1,3 mil milhões de pessoas sem acesso a água potável.

Há uma força poderosa para fazer avançar os direitos económicos e sociais que não está a ser utilizada.

Recomendações principais

1. Uma melhoria sustentada da qualidade de vida deve constituir o principal enfoque político dos governos do Norte e do Sul.
2. Assegurar que os pobres tenham acesso a um mínimo básico de qualidade de vida deve ser a prioridade principal.
3. Há que empreender um enorme esforço de persuasão a nível internacional, junto de todos os países, no sentido da assinatura e ratificação dos quatro grandes tratados internacionais de direitos humanos⁴, de modo a torná-los verdadeiramente universais.
4. Os mecanismos das Nações Unidas destinados à vigilância sobre o cumprimento dos direitos económicos e sociais devem ser fortalecidos. Ostrês tratados sobre direitos sociais (ver nota de pé de página) devem ser considerados ao mesmo nível do Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos. E devem ser complementados por um protocolo opcional que dê a possibilidade de apresentação de reclamações por parte de indivíduos ou grupos que se sintam afetados, bem como a possibilidade de os estados apresentarem reclamações contra outros estados.
5. Um acordo sobre um novo papel social e económico para as Nações Unidas deveria ser atingido em breve. Há que reconhecer ao Conselho de Segurança a capacidade de discutir questões relativas à segurança

4 Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, Convenção sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, e Convenção sobre os Direitos da Criança. Ver Relatório Cuidar o Futuro, p. 79.

- global, social e económica, bem como às ameaças à paz, tendo em vista uma contribuição para a melhoria da qualidade de vida das populações.
6. As agências de desenvolvimento, ONG e comunicação social devem prestar atenção igual a abusos relativos a direitos económicos e sociais, bem como a direitos civis e políticos. Uma abordagem baseada nos direitos, incluindo testes relativos a legalidade, poderá ser uma arma poderosa para lembrar aos estados as suas obrigações internacionais de alívio à pobreza.
 7. No sentido da ajuda ao desenvolvimento, há que prever definições claramente mensuráveis dos patamares mínimos do direito à qualidade de vida. Por exemplo, o acesso a partir de casa a cuidados de saúde ou ao planeamento familiar localizados a uma certa distância ou tempo de viagem.
 8. Naqueles países em que certas secções da população ainda não atingiram um mínimo básico do direito à qualidade de vida, os governos devem adotar metas e calendários claros, no sentido de serem atingidos patamares mínimos para toda a gente num prazo máximo de duas décadas.
 9. Nos países em que todas as pessoas se encontram acima do patamar mínimo, os governos devem adotar medidas e calendários para um crescimento continuado da qualidade de vida em todas as áreas da vida humana, prestando especial atenção aos grupos marginalizados ou excluídos.

Direitos relativos à qualidade de vida reconhecidos em instrumentos legais das nações unidas

DIREITO	INSTRUMENTO
Direito à Vida	ICCPR 6.1
Direito à segurança pessoal	ICCPR 9.1
Alimentação adequada, ausência de fome	ICESCR 11.1-2
Nutrição materna	CEDAW 12.2
Direito ao trabalho	ICESCR 6.1
Acesso a cuidados primários de saúde	CRC 24.2b
Cuidados pré- e pós-natais	CEDAW 12.1, CRC 24.d
Acesso ao planeamento familiar	CEDAW 14.b, 16.e
Educação primária obrigatória e gratuita	ICESCR 13.2.a, CRC 28.a
Educação secundária, disponível e acessível para todos	ICESCR 13.2.b
Habitação adequada	ICESCR 11.1
Licença de maternidade	ICESCR 10
Segurança social	ICESCR 9
Igualdade de género	Carta, preâmbulo, CEDAW
Proteção da família	ICCPR, 23.1
Direitos políticos	ICCPR passim
Liberdade face ao medo	ICESCR, preâmbulo
Participação	CEDAW 7, 14.2.a

Direitos relativos à qualidade de vida ainda não reconhecidos em tratados vinculativos das nações unidas

Direito a um ambiente livre de poluição

Direito ao usufruto da diversidade natural

Direito à educação ao longo da vida

Equidade

Participação nas decisões que afetam a casa, o trabalho, a comunidade.

ICESCR - Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais

ICCPR - Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

CRC - Convenção sobre os Direitos da Criança

Um Novo Contrato Social: O Estado Cuidador

Temos que equilibrar o domínio dos mercados e as metas financeiras com uma nova preocupação pelas políticas sociais, a equidade e a participação.

Na última década e meia, os conceitos de mercado livre, de estabilidade económica, e de crescimento do consumo adquiriram precedência em muitas partes do globo sobre a qualidade de vida, a segurança humana, a equidade e a comunidade.

A Comissão aceita os benefícios do mercado livre no sentido da eficiência e da inovação. Mas os mercados têm limites. Os maiores desafios a um governo moderno vêm dos problemas que os mercados ajudam a criar ou não conseguem resolver: danos ambientais, rutura social, desemprego, crime.

Precisamos urgentemente de uma nova síntese, um novo equilíbrio entre mercado, sociedade e ambiente, entre eficiência e equidade, entre riqueza e bem-estar. Um novo equilíbrio entre crescimento económico, por um lado, e harmonia social e sustentabilidade, por outro. Temos de aprender de novo a colocar a qualidade de vida e as políticas sociais no centro da decisão política, livre das amarras de metas económicas restritivas.

Para alcançar este objetivo, é necessária uma nova ética do cuidado que se possa contrapor à rutura social e ao consumo desenfreado. O cuidado – para com nós próprios, uns para com os outros, e para com o ambiente em que vivemos – é o único fundamento seguro para uma melhoria sustentável da qualidade de vida.

Precisamos de um novo contrato social, baseado na participação, na segurança humana, na sustentabilidade e na equidade. E equidade não significa apenas direitos iguais. Significa genuína igualdade de oportunidades, a qual não pode ser atingida sem um maior grau de igualdade na distribuição de rendimentos, de riqueza e de acesso aos serviços.

Com o Estado social em crise, temos de avançar para um novo conceito de Estado cuidador - um Estado capacitador, que cria os mecanismos sociais para que os cidadãos sejam capazes de cuidar de si próprios.

Recomendações principais

1. É preciso fortalecer a participação e a democracia a todos os níveis do governo.

Uma participação genuína implica que as pessoas tomem parte ativa nas decisões que afetam as suas vidas, seja em casa, no trabalho ou na comunidade. A nível local, isto implica que as pessoas iniciem, planeiem, executem e avaliem os programas locais. E, nos serviços públicos, que ajudem a estabelecer metas e prioridades, e que avaliem a qualidade dos serviços prestados.

As pessoas devem ter o direito de influenciar ou decidir as políticas, não apenas indiretamente, através dos seus representantes, mas também de forma direta, através de consultas públicas, referendos e processos semelhantes. A devolução é essencial para que exista uma participação real. Aos órgãos de eleição e responsabilização a nível local deve ser atribuído um verdadeiro poder de tomada de decisão e de tributação fiscal.

2. O conceito de segurança deve abranger a segurança humana e não apenas a segurança militar

Entre os 94 países em desenvolvimento para os quais há dados disponíveis, nada menos do que 72 gastaram mais em despesas militares do que em saúde ou educação.

Os Governos que ainda não procedem deste modo devem procurar gastar pelo menos tanto em saúde e educação como em despesas militares.

3. As contas nacionais devem ser reformadas

O bem-estar nacional é habitualmente avaliado pelo Produto Interno Bruto. Contudo, esta forma de avaliação encoraja um crescimento insustentável ao contar os custos ambientais e as perdas de capital natural como rendimento. No futuro, as contas nacionais devem incluir os custos ambientais e a depreciação do capital nacional.

Contas nacionais paralelas deveriam também incluir todo o trabalho não pago, em casa e na comunidade, de modo a assegurar que estas atividades cruciais são tidas em conta nas políticas nacionais e que dão visibilidade ao papel das mulheres.

Emprego: Criação de Postos de Trabalho, Redução do Desemprego

O emprego tornou-se a questão maior do nosso tempo, tanto no Norte como no Sul. Os problemas do emprego podem ser resolvidos com uma melhor distribuição do trabalho, do rendimento, e dos bens geradores de rendimento.

Entre 1995 e 2025, a força de trabalho a nível global aumentará de 2,5 mil milhões para 3,7 mil milhões - 40 milhões de novos trabalhadores por ano. Em 1995 havia mais de 120 milhões de pessoas oficialmente no desemprego, enquanto mais de 600 milhões precisavam de um trabalho extra para terem um rendimento mínimo.

O trabalho é um elemento central para a qualidade de vida. A natureza mutável do trabalho hoje em dia abarca um contínuo de ocupações que decorrem de uma sociedade emergente particularmente ativa.

A Comissão propõe que se explorem as potencialidades de uma partilha do trabalho e que tal partilha seja adotada por um grande número de empresas e governos para alívio do desemprego e do subemprego, tanto no Norte como no Sul.

A partilha do emprego deverá ser complementada por planos que proporcionem uma participação nos lucros. O aumento do desemprego, por vezes, contrasta fortemente com a subida dos lucros - um paradoxo que cria tensões sociais intoleráveis (ver *Relatório Cuidar o Futuro*, p. 150).

Recomendações principais

No Sul:

1. Nas áreas rurais, a reforma agrária fará aumentar o emprego, reduzir a pobreza e, ao mesmo tempo, aumentar a produção alimentar.
2. Uma redistribuição dos gastos governamentais das grandes zonas urbanas para as cidades das zonas rurais, aldeias e áreas degradadas fará crescer o emprego.
3. O setor informal deverá ser modernizado, com um acesso mais fácil ao crédito e à formação.
4. Deve ser aumentada a flexibilidade do trabalho através de:
 - possibilidade de trabalhadores de curta duração terem acesso a subsídio parcial de desemprego;
 - possibilidade de pessoas em situação de desemprego prosseguirem a sua educação e formação sem perda de benefícios;
 - encorajamento de fórmulas de partilha de emprego;
 - encorajamento de partilha de lucros.
5. Nas sociedades industrializadas deve ser instituída a redução de horas de trabalho, a nível nacional, através de, por exemplo:
 - férias mais prolongadas;
 - licenças sabáticas;
 - semanas de quatro dias com rearranjo de horas;
 - licenças parentais mais longas para mães e pais.

Estas alterações devem fazer aumentar o número de postos de trabalho, criando simultaneamente mais horas para a família, o lazer, a educação e formação contínuas, bem como para a comunidade e o trabalho individual de carácter político e social.

6. Criação de novos postos de trabalho através de parcerias públicas com setores privados e da comunidade, com ênfase especial no trabalho de caráter intensivo que melhora de forma sustentada a qualidade de vida, especialmente nos seguintes setores:
- saúde e trabalho social;
 - educação e formação;
 - cuidado de jovens, idosos e pessoas com deficiência;
 - conservação e restauro de habitats danificados e espécies ameaçadas;
 - reciclagem.

Saúde Reprodutiva: Conciliação de Direitos e Responsabilidades

Os serviços básicos de saúde reprodutiva devem abranger toda a gente o mais cedo possível, através de um novo modelo de Cuidados Primários de Saúde Reprodutiva.

Contexto

A população mundial crescerá mais de 85 milhões por ano no próximo quarto de século. Segundo as Nações Unidas, o total global poderá chegar a uma projeção média de 10 mil milhões em 2050, ou de 12 mil milhões, se se negligenciar o desenvolvimento humano. Este crescimento terá consequências imensas do ponto de vista social e ambiental.

Ao mesmo tempo, cerca de 350 milhões de casais não têm acesso a métodos modernos de planeamento familiar, número este a que crescem muitos milhões de pessoas solteiras, mães e pais solteiros e adolescentes.

A Comissão acredita que importa encarar a questão da população em termos de número, particularmente tendo em vista o seu impacto relativamente às pessoas e à sua qualidade de vida. E o sucesso relativamente aos números só será possível se os direitos das pessoas – à dignidade, à possibilidade de opção, e ao aconselhamento e informação – forem inteiramente respeitados.

No entanto, as audições regionais efetuadas pela Comissão mostraram que uma preocupação exagerada com os números conduziu, por vezes, a programas de planeamento familiar falhos de sensibilidade, a abusos dos direitos das mulheres e a um acentuar dos métodos de contraceção incontroláveis por utentes, tais como a esterilização, uso de injetáveis ou implantes.

O novo conceito de direitos reprodutivos, apontado pela Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento, ajudará a reduzir abusos, já que reconhece o planejamento familiar como um direito, entre outros. Encara o planejamento familiar como uma parte integrante da saúde, que inclui a maternidade segura, a fertilidade e a infertilidade, as doenças sexualmente transmissíveis, bem como o planejamento familiar.

Contudo, a perspectiva prática de efetivação dos direitos reprodutivos ainda não está delineada. Se se insistir em que deve existir sempre a gama completa de serviços de saúde reprodutiva, pode correr-se o risco de as áreas pobres dos países pobres não terem quaisquer serviços durante décadas.

Recomendações principais

1. Cuidados Primários de Saúde Reprodutiva

Deve ser dada prioridade, tão cedo quanto possível, à extensão de cuidados básicos de saúde reprodutiva, incluindo a homens, pessoas solteiras e adolescentes. Com este objetivo há que definir um modelo de Cuidados Primários de Saúde Reprodutiva - serviços básicos mínimos, que sejam acessíveis a todas as pessoas e em todos os países. Quanto ao modelo de cuidados de saúde primários, estes não teriam que providenciar todos os aspetos de cuidados a todos os níveis. Ao nível de aldeia ou de vizinhança, deveria ser disponibilizada uma escolha de métodos de planejamento familiar controláveis por quem os utiliza, além da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e infertilidade, bem como a maternidade segura. Os contraceptivos de ação prolongada e os tratamentos mais complexos para a infertilidade ou para gravidezes complicadas devem ser referenciados para níveis mais centrais.

O PNUD, a OMS, a UNICEF e a UNIFEM devem elaborar os detalhes dos Cuidados Primários de Saúde Reprodutiva.

2. Devem ser aumentados os fundos destinados a investigação e desenvolvimento de contraceptivos seguros e eficazes, controlados por quem os utiliza, incluindo os contraceptivos masculinos.
3. Há que estabelecer padrões éticos no desenvolvimento de novas tecnologias da reprodução.

Para a sua elaboração deverá ser constituído um comité conjunto das agências das Nações Unidas e estes padrões devem ter em consideração os direitos humanos e a igualdade de género. A nível nacional, a avaliação e regulação de novas tecnologias devem incidir tanto nas tecnologias destinadas a reduzir a fertilidade como naquelas que a tratam.

4. Comissão opõe-se a qualquer forma de coerção, direta ou indireta, em matéria de planeamento familiar.

Isto inclui coerção física, multas, retirada de benefícios e outras violações de direitos básicos. A Comissão também contesta incentivos sob a forma de pagamentos ou promessas de promoção a trabalhadores de saúde ou de serviços sociais que atinjam metas de carácter numérico no recrutamento de utilizadores de contraceptivos, já que isto pode propiciar abusos a nível local.

Os programas voluntários para promover o uso de contraceptivos são muito mais eficazes e sustentáveis do que aqueles que envolvem coerção.

5. Uma declaração internacional sobre direitos reprodutivos.

Tendo em vista a formalização do conceito de direitos reprodutivos, os responsáveis internacionais de países com um pensamento comum deveriam formular uma declaração sobre direitos reprodutivos.

Esta deveria incluir: liberdade de escolha; Cuidados Primários de Saúde Reprodutiva; serviços de qualidade; direito a aconselhamento; e participação de utilizadores, entre outros.

6. O aborto deveria ser descriminalizado.

A Comissão rejeita o uso do aborto como meio primário de contraceção, ou como política de estado para regular os números da população. Com o propósito de aumentar a segurança, o aborto deveria ser realizado no contexto dos serviços de saúde.

A Comissão recomenda que o aborto seja descriminalizado, mas que o aborto usado para seleção do sexo das crianças seja proibido e penalizado.

7. políticas de população devem incluir, não apenas o planeamento familiar, mas também a educação, o estatuto das mulheres, e outros fatores que influenciam as escolhas pessoais acerca do tamanho da família.

As questões relativas à população não podem ser resolvidas apenas com políticas e medidas para baixar a taxa de fertilidade, nem por uma mera concentração nos fatores demográficos.

O relatório recomenda que seja adotado um enfoque interdepartamental nas decisões políticas relativas à questão da população, a qual está no centro da agenda da governação. Eo Norte não tem qualquer direito de aconselhamento sobre população relativamente ao Sul se, ele próprio, não enunciar as suas políticas relativamente às alterações em matéria de população.

As dinâmicas da população não constituem um setor isolado, sendo antes parte de um sistema social mais amplo; e os elementos interativos que o compõem têm uma influência direta sobre as opções disponíveis e as decisões adotadas pela população no que à reprodução diz respeito. A posição da Comissão tem por base, por um lado, uma metodologia científica, e por outro, as evidências reunidas durante as sete audiências realizadas em diversas partes do mundo.

Informação sobre a Comissão

A Comissão Independente sobre a População e a Qualidade de Vida iniciou o seu trabalho em 1993. Foi estabelecida e financiada por um consórcio de governos (Canadá, Alemanha, Japão, Holanda, Noruega, Suécia e Reino Unido), organizações internacionais (Fundo das Nações Unidas para a População, Federação Internacional para o Planeamento Familiar e Banco Mundial) e fundações privadas (Ford, Rockefeller, MacArthur, Hewlett e Mellon). Tem como missão a formulação de uma nova visão em matéria de população e de qualidade de vida.

Para além das sessões internas da Comissão, foram realizadas sete audições regionais e várias consultorias com peritos, e foram ainda encomendados sessenta e dois estudos realizados por peritos.

MEMBROS DA COMISSÃO

Presidente:

Maria de Lourdes Pintasilgo

Antiga Primeira-Ministra de Portugal

Membros:

Monique Béguin

Antiga Ministra da Saúde; Reitora, Faculdade de Ciências da Saúde. Canadá.

Ruth Corrêa Cardoso

Diretora de Programas Sociais. Brasil.

Karina Constantino-David

Presidente, Caucus de Redes de Organizações de Desenvolvimento; Professora de Desenvolvimento Comunitário. Filipinas.

Eleanor Holmes Norton

Membro do Congresso. Estados Unidos.

Bernard Kouchner

Fundador, Médicos sem Fronteiras; Membro, Parlamento Europeu. França.

Maria Anna Knothe

Presidente, Centro para o Progresso das Mulheres. Polónia (1994-1996).

Eva Letowska

Jurista, direitos humanos; antiga provedora nacional. Polónia.

Vina Mazumdar

Fundadora e Directora: Centro de Estudos para a Promoção das Mulheres. Índia.

Hanan Mikhail-Ashrawi

Membro do Parlamento, Autoridade Nacional Palestiniana.

Taro Nakayma

Antigo Ministro da Saúde; Membro da Câmara dos Representantes do Parlamento. Japão.

Olusegun Obasanjo

Antigo Chefe de Estado. Nigéria.

Jan Pronk

Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento. Países Baixos.

Pu Shan

Membro, Comité Permanente da Conferência Consultiva do Povo Chinês; Presidente, Escola Superior da Academia de Ciências Sociais. China.

Augusto Ramirez-Ocampo

Antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros; Membro do Parlamento. Gâmbia.

Juan Somavia

*Embaixador, Presidente da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social.
Chile.*

Aminata Traoré

*Presidente, Centro Amadou Hampaté Bâ para o Desenvolvimento Humano.
Mali.*

Beate Weber

Presidente da Câmara de Heidelberg. Alemanha.

Anders Wijkman

Administrador, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Suécia.

Alexander N. Yakolev

*Membro da Academia das Ciências; Presidente, Comité Presidencial para a
Reabilitação de Prisioneiros Políticos. Rússia.*

Caring for the Future

The report of the Independent Commission
on Population and Quality of Life

The Independent Commission on Population and Quality of Life is an international commission set up in 1993 by seven governments (Canada, Germany, Japan, the Netherlands, Norway, Sweden and United Kingdom), three international agencies (the United Nations Population Fund, the International Planned Parenthood Federation, and the World Bank), and five major private foundations (Ford, Rockefeller, MacArthur, Hewlett, and Mellon). The Commission's brief was to develop a fresh vision on population and quality of life.

The world faces a linked crisis of environment, quality of life and population. The global population is currently adding 88 millions every year – a new India in a decade. Environmental damage is mounting in every sphere: overfishing, polluted waterways and coasts, soil erosion, deforestation, the ozone hole, global warming.

Despite rapid economic growth in Asia, poverty is proving stubbornly persistent almost everywhere. One to two billion people are still denied their most basic rights to a basic acceptable quality of life. Some 800 million are malnourished; 1,300 million have no access to clean water; 900 million adults are illiterate and more than 400 million children are denied education.

The North faces its own severe problems: unemployment, economic insecurity, family breakdown, rising crime, and the crisis of the welfare state.

Politically, there has been a failure of solidarity, vision and responsibility. International priority programmes to eradicate poverty or to combat environmental problems lack adequate funding, while national policies give priority to economic targets disregarding quality of life. We need to transform economic systems that still consider social and environmental conditions as “externalities.”

If these trends are not quickly reversed, the planet is headed by the middle of the next century for a population of perhaps 11 billion, with environmental problems at crisis level, and poverty and social division rampant.

The Independent Commission on Population and Quality of Life, chaired by former Portuguese prime minister Maria de Lourdes Pintasilgo, presents a challenging set of concrete proposals for a radical shift of direction:

- Placing sustainable quality of life at the centre of policy-making.
- Accelerating progress towards stabilizing the world's population by massive efforts in health, education and the use of development assistance.
- Seeing people as the first priority of national and international policies.
- Raising poor, marginal and excluded groups to a minimum standard within two decades.
- Establishing new patterns of production and consumption, and encouraging new lifestyles in the context of a globalized economy and rapid technological progress.
- Fostering a new sense of mutual responsibility, guided by care – not only as an ethical principle, but also as the foundation of political decisions at all levels.
- Changing patterns of governance, nationally and internationally, to overcome deadlocks in the international order.

Major Points⁵

The Commission is convinced that 'more of the same won't do.' The report therefore stresses not just environmental sustainability, but also social sustainability, and affirms the synergy between the two. The prevailing concept of development – exclusively economic and obsessed with deregulation – inevitably produces massive exclusion, inside every society, among nations,

5 These are covered in more detail in the following pages.

on all continents. This requires a shift in the way policies and measures are shaped and in how political decisions are made.

Resources for development

- New priorities for development assistance: Future aid should focus on the poorest people in the poorest nations, and on sustainable human development – education, health including reproductive health, planning, women and environment.
- A new global charge needs to be levied on all international financial dealings (including not only currency dealings, but also bonds and other securities, shares, and financial derivatives.) This could yield \$150 billion a year to pay for priority programmes agreed since 1990 by international conferences on poverty, environment, reproductive rights, children, and women.

Work

The problem of unemployment and underemployment is not so much one of shortage of work, but primarily of distribution: distribution of work, of income, and of income-producing assets such as land or credit.

- In predominantly rural societies, work opportunities should be boosted by land reform, redistribution of government spending away from central cities to rural towns, villages, and shanty areas, with credit provided for micro-enterprises and help for the informal sector.
- In industrialized societies, existing work and incomes can be better distributed through national reductions in working hours, and by creating new jobs through public partnerships with community and private sectors in the caring and teaching professions and in environment.
- Redefining work: The Commission proposes to redefine work in a broad sense that encompasses both employment and unpaid activities (over-

whelmingly done by women) benefiting society as a whole, families as well as individuals, and ensuring equitable distribution of the wealth generated.

Health and reproductive rights

- Completing the primary health care revolution: Resources for curative and hospital-based services should be shifted into preventive public health, primary care community clinics and home-care programmes. Structural adjustment programmes should require that spending on health should be maintained.
- Primary reproductive health care: Basic reproductive health services should be extended to everyone as soon as possible through a new model of Primary Reproductive Health Care. This would deliver basic services for family planning and safe motherhood at community level.

Education

Education is a key to social development, and to virtually every aspect of the quality of life. A bold change is proposed, tackling education through the enormous potential of new media, revising our concepts and practical forms of education. Our objective is an alternative education policy.

- Priority should be given to equalizing school enrolment and literacy rates between males and females. Education for girls and women is the most important measure available to improve the quality of life of the present and future generations.
- Preparations should begin immediately to make the years 2001-2010 the Decade of Universal Basic Education. By the end of that decade, all children, male and female, should receive at least six years of free primary education. All adults should have access, within one hour's travel, to basic education, covering literacy and numeracy, plus the essentials

of health and nutrition, child-rearing, community organization and environmental care.

- Wide adoption of new media for education. The tremendous possibilities offered by media and new educational technologies should be fully utilized. (Caring for the Future, p. 170).

Environment

There are limits to carrying capacity – the maximum load we can impose on the environment before it loses its capacity to support our activities. We should try to estimate those limits and try to remain within them. The task is particularly critical in relation to food, fresh water, ocean fisheries, and climate.

- greener “green revolution” to marry conservation with increased production. Future agricultural policies and research should aim to improve conservation and increase production to parallel, instead of treating them as separate activities.
- Increase funding for energy research. To avoid catastrophic climate change we need to speed up the shift from fossil fuels to renewable energy sources. Yet spending on renewable energy research in OECD countries was reduced by 40 per cent between 1982 and 1993. The level of funding for renewable energy research should be very steeply increased.
- A Manhattan project to speed up development of renewable energy. A strong international network of laboratories should be set up (with the best investigators in the field) to research and develop renewable energy technologies. Funding should be international. A synergy of efforts will lead as quickly as possible to novel technologies, which should be made freely available to developing countries.

Governance

- Sustainable improvement in the quality of life should become the chief policy focus of governments north and south.
- All countries should produce a national social development plan. This should include targets and timetables for bringing the poorest and most marginalized groups up to a minimum national standard. All the major facets of the quality of life should be included – poverty, work, food, housing, health and reproductive rights, women, children, education.
- Rights to development: A strengthened United Nations system of human rights should become the basis for a new drive to assure a basic minimum quality of life for everyone on the planet within two decades.
- Greater participation should be encouraged in all countries by a much greater use of all available forms of public consultation, and the involvement of civil society in policy making and the supervision of services.

A Global Tax on Financial Dealings

A new global levy of a mere 0.01 per cent on international financial transactions would yield \$150 billion a year to fund major international priority programmes for development and environment

Background

Internationally agreed programmes are a dead letter for lack of reliable funding. United Nations conferences held since 1990 have agreed massive programmes of action on education, children, environment, population and poverty and so on.

So far there has been no comprehensive costing, since many of the programmes overlap. According to Commission estimates, the total cost in aid and concessional loans is at least \$146 billion per year – almost two and half times the total annual aid from developed countries in 1992-3.

But the global commitments still languish without funding. There is a growing backlog of promises that have not been backed up with action, and there are no mechanisms to guarantee the sums required.

Meanwhile the United Nations itself is in financial crisis due to agreed dues being paid late or not at all.

The Commission believes that this situation is untenable. It risks undermining the credibility of international conferences and making global commitments a dead letter.

The world can no longer rely on the faltering generosity of individual countries. Aid is at the mercy of national budget cuts. The world urgently needs a more reliable source of funding for international priorities.

Major recommendations

1. The United Nations should draw up a comprehensive inventory of all internationally agreed priority programmes, with detailed cost estimates.
2. The most promising source of funding for these programmes, and for other United Nations activities, would be an international tax on all transactions in the world's financial markets.

At present, national economic policies are at the mercy of international financial markets. On a single day in April 1995, the turnover

in international currency markets totalled a staggering \$1.3 trillion – \$1,300,000,000,000. This is more than five times the annual product of sub-Saharan Africa. Annual dealings amount to more than ten times the world's GNP.

A tax on spot currency dealings was first proposed by US economist James Tobin in 1972, to avoid chaotic shifts which have undermined national economic policies and destabilized governments.

To avoid dealings shifting into other areas, the Commission recommends that a flat charge should be levied on all present and future types of global financial transactions, including securities, bonds, shares and financial derivatives. Levied at a very modest rate of 0.01 per cent, a tax could yield at least \$150 billion a year for international purposes – two and a half times as much as aid. At such a low level, it would not deter legitimate transactions but might deter destabilizing runs on currencies. The charges would be collected by national central banks, and could be deposited in a Global Priority Fund. A new Global Priority Authority would be needed to hold and distribute the funds.

3. The UN should request detailed studies on alternative funding mechanisms, to be submitted to the General Assembly by 1997. These would include:
 - i. Internationally tradeable permits to emit carbon dioxide.
 - ii. Levies on international air and sea transport.
 - iii. Levies on telecommunication frequencies and satellites.

Annual Resource Requirements of some global priority programmes

PURPOSE	CONFERENCE	COST
Primary education for all	World Conference on Education for All 1990	5-\$6 mil billion
Primary health care Reduction of under-five mortality	World Summit for Children 1990	\$5-\$7 mil billion
Water and sanitation for all	ibid	\$10-\$15 mil billion
Population	International Conference on Population and Development 1994	\$5,7 mil billion
Sustainable development, Environment, etc.	UN Conference on Environment and Development 1992	\$80 mil billion
Combating Poverty	ibid	\$15 mil billion
Shelter	ibid	\$25 mil billion

New Priorities for Aid

Future development assistance should focus on the poorest people in the poorest nations, and on sustainable human development – education, health and reproductive health, women, children, and environment

Background

Development assistance is not reaching the people and countries that need it most in adequate quantities. Assistance has declined as a share of Gross National Product. A target of 0.7 per cent of Gross National Product was agreed by developed countries in 1970, but the share has never risen above half of this level. In 1993 the share was down to only 0.3 per cent. At the same time need is rising among poor countries by-passed by globalization – especially sub-Saharan Africa.

Assistance is not flowing in relation to need, either (see chart). Commission calculations show that the poorest countries with average real incomes per person below \$2000 a year received only \$8.23 aid per person in 1991. Those with income of \$4-5000 received 12 times as much.

An inadequate share of aid is going to human development and environment. These sectors, which include education, health, family planning, and women's equality, are arguably the most beneficial fields for aid: they can reduce poverty, boost economic growth, improve welfare and save the environment. Yet in 1992 only 29 per cent of aid went to human development and agriculture. An even smaller share went to meeting the basic needs of the poor in these areas. In 1989-91 only 7 per cent to basic education, primary health care and clean water.

Major recommendations

1. Aid should focus on the poorest people in the poorest countries.

All aid should be directed towards countries with real incomes below \$3000. Assistance to countries with real GNP of more than \$3000 should no longer be classed as aid. Their share should be redistributed to countries with incomes below \$2000. Assistance to countries such as Singapore or Israel would no longer be officially classed as aid.

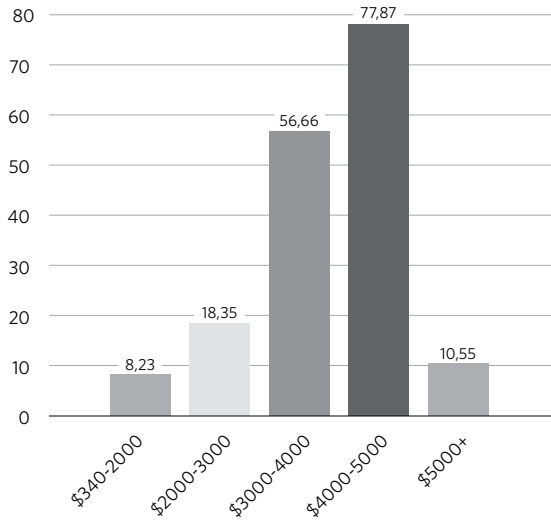
In 1991 \$16 billion was given to countries with real incomes above \$3000. If this sum has been redistributed to countries with incomes below \$2000 (leaving the \$2-3,000 bracket unchanged), then aid per person in the poorest countries could have been increased by 75 per cent.

2. Development assistance should concentrate increasingly on sustainable improvement in the quality of life.

Priority should be given to aid for human development, and assistance to achieve the basic human rights recognized in UN conventions.

The Commission endorses the 20:20 proposal put forward during the World Summit for Social Development (Copenhagen, March 1995), by which 20 per cent of development assistance and 20 per cent of national budgets should be allotted to priority social programmes.

The Commission recommends that this should be a first step towards a much greater increase in the share of aid going towards sustainable improvement in the quality of life.



Source: Independent Commission on Population and Quality of Life.

Sustainable Quality of Life as a New Policy focus

Sustainable improvement in the quality of life should become the central policy focus of governments north and south. The United Nations system of human rights should become the basis for a new drive to assure a basic minimum quality of life for everyone on the planet.

Background

In recent years government policies have focused heavily on economic goals: economic growth in the South, economic stability in the Norte. These have taken priority over other goals such as equity, environmental sustainability, employment and social cohesion.

Yet people are above all concerned for the quality of their lives. This cannot be confined to the area of economics. It covers the full range of human experience, from health, nutrition and education to housing and environment, as well as social matters such as security and participation.

The United Nations recognizes basic human rights in all these areas, in its legally binding UN declarations (see attached chart). Yet the machinery to enforce social and economic rights is weak. At present most governments, most of the media and most NGOs focus on civil and political rights. They are rarely concerned about abuses of social and economic rights such as the right to freedom from hunger, the right to health, or the right to work – even though there are currently an estimated 800 million people who are malnourished, 900 million illiterates, and 1.3 billion without safe water supplies.

A potent force for advancing social and economic rights is not being used.

Major recommendations

1. Sustainable improvement in the quality of life should become the chief policy focus of governments north and south.
2. Priority should be given to assuring the poor of the basic minimum quality of life rights.
3. A major international effort should be mounted to make the four great treaties on human rights⁶ universal by persuading all countries to sign and ratify them.
4. The United Nations machinery for policing social and economic rights should be strengthened. The three UN agreements on social rights (see footnote) should be put on the same footing as the International Covenant on Civil and Political Rights. An optional protocol should be completed allowing affected individuals and groups to bring complaints, and to allow states to bring complaints against states.
5. A new social and economic role for the United Nations Security Council should be agreed upon soon. The Security Council should be empowered to discuss matters relating to global economic and social security as well as threats to peace, so it can contribute to improving people's quality of life.
6. Development agencies, NGOs and the media should pay as much attention to abuses of social and economic rights as to civil and political rights. The rights approach, including legal test cases, could be a potent new weapon to remind states of their international obligations to alleviate poverty.

6 International Covenant on Civil and Political Rights, International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women, and Convention on the Rights of the Child. See *Caring for the Future*, p. 79.

7. As an aid to enforcement, minimum standards for quality of life rights should be given clear measurable definitions. For example, access to health care or family planning within a certain distance or travel time of their home.
8. In countries where sections of the population have not reached basic minimum quality of life rights, governments should adopt clear targets and timetables for bringing everyone up to the minimum level within not more than two decades.
9. In countries where everyone is above the basic minimum, governments should adopt targets and timetables for a continual rise in the quality of life across all areas of human life, paying special attention to excluded and marginalized groups.

Quality of life rights recognized in un legal instruments

RIGHT	INSTRUMENT
Right to life	ICCPR 6.1
Right to security of person	ICCPR 9.1
Adequate food, freedom from hunger	ICESCR 11.1-2
Maternal nutrition	CEDAW 12.2
Right to work	ICESCR 6.1
Access to primary health care	CRC 24.2b
Pre-natal and post-natal care	CEDAW 12.1, CRC 24.d
Access to family planning	CEDAW 14.b, 16.e
Compulsory free primary education	ICESCR 13.2.a, CRC 28.a
Educação secundária, disponível e acessível para todos	ICESCR 13.2.b
Adequate housing	ICESCR 11.1
Maternity leave	ICESCR 10
Social security	ICESCR 9
Gender equality	Carta, preâmbulo, CEDAW
Protection of family	ICCPR, 23.1
Political rights	ICCPR passim
Freedom from fear	ICESCR, preâmbulo
Participation	CEDAW 7, 14.2.a

Quality of life rights not yet recognized in binding un treaties

Right to an environment free from pollution

Right to enjoyment of natural diversity

Right to lifelong education

Equity

Participation in decisions affecting home, work, community

ICESCR - International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights

ICCPR - International Covenant on Civil and Political Rights

CEDAW - Convention on the Elimination of Discrimination Against Women

CRC - Convention on the Rights of the Child

A New Social Contract: The Caring State

We need to balance the dominance of markets and financial targets with a new concept for social policy, equity and participation.

In the past decade and a half the concepts of free market, of economic stability, and of growth in material consumption have taken precedence in most parts of the globe over quality of life, human security, equity and community.

The Commission accepts the benefits of the free markets for efficiency and innovation. But markets have limits. The greatest challenges to modern government arise from problems that markets either help to create, or cannot deal with: environmental damage, social breakdown, unemployment, crime.

We urgently need a new synthesis, a new balance between market, society and environment, between efficiency and equity, between wealth and welfare. A new balance between economic growth on the one hand, and social harmony and sustainability on the other. We must learn once again to place quality of life and social policy at the centre of policy-making, free from the bondage of narrow economic targets.

To this end, we need a new ethic of care which can counteract social breakdown and overconsumption. Caring – for ourselves, for each other, and for the environment we occupy – is the only secure foundation for sustainable improvement in the quality of life.

We need a new social contract, based on participation, human security, sustainability and equity. Equity is not merely equal rights. It means true

equality of opportunity, which cannot be achieved without a greater degree of equality in the distribution of incomes, wealth and access to services.

With the welfare state in crisis, we should move towards a new concept of the caring state – an enabling state which makes it socially possible for its citizens to care for themselves.

Major recommendations

1. We must strengthen participation and democracy at all levels of government.

True participation means that people take an active part in decisions affecting their lives at home, at work and in the community. At local level it means that people initiate, design, execute, manage and evaluate local programmes. In public services, people help set goals and priorities, and evaluate the quality of the service delivered.

People should have the right to influence or decide policy not only indirectly, through representatives, but also directly, through public consultations, referenda and the like. Devolution is essential for real participation. Real powers of decision-making and tax-levying must be transferred to locally elected, locally accountable bodies.

2. The concept of security must cover human and not just military security. Among 94 developing countries for which data are available, no less than 52 spent more on the military than on health in 1990.

Governments not already doing so should aim to spend at least as much on health and on education as on military affairs.

3. National accounts must be reformed.

National welfare is conventionally measured by Gross National Product. Yet this measure encourages unsustainable growth by counting environmental costs and losses of natural capital as income. National accounts should in future include environmental costs and depreciation of natural capital.

Parallel national accounts should also cover all unpaid work in the home and community, to ensure that these crucial activities are taken into account in national policy-making, and to highlight the role of women.

Employment: Creating Jobs, Reducing Unemployment

Employment has become the major issue of our time in North and South alike. Its problems can be resolved by improving the distribution of work, of income and of income-generating Assets.

Between 1995 and 2025 the global workforce will swell from 2.5 billion to 3.7 billion – 40 million extra workers per year. In 1995 there were more than 120 million people officially unemployed, while more than 600 million needed extra work to get a minimum income.

Work is central to the quality of life. The changing nature of work today embraces a continuum of occupations as a totally active society emerges. Work is also increasingly an issue in an increasingly technological and globalized economy.

The Commission proposes that the potential of work-sharing should be explored and adopted by a large number of enterprises and governments to relieve unemployment and underemployment in both North and South.

Work-sharing should be complemented by plans to provide for profit sharing. Rising unemployment sometimes contrasts sharply with rising profits – a paradox that creates intolerable social tensions (see *Caring for the future*, p. 150).

Major recommendations

In the South:

1. In rural areas, land reform will increase employment, reduce poverty and increase food production at the same time.

2. A redistribution of government spending, away from central cities to rural towns, villages and shanty areas, will increase employment.
3. The informal sector should be upgraded with easier access to credit and training.
4. The flexibility of work should be increased by:
 - allowing short-time workers to claim partial unemployment benefits
 - allowing the unemployed to pursue education and training without losing benefit
 - encouraging work-sharing
 - encouraging profit-sharing
5. In industrialized societies, national reductions in working hours should be instituted through, for example:
 - longer holidays
 - sabbatical leaves
 - four-day weeks with hours rearranged
 - longer parental leave for mothers and fathers.

Such changes should increase the number of jobs available, while creating extra time for family, leisure, lifelong education and training, and for community, social and political work by individuals.

6. Create new jobs through public partnerships with community and private sectors, with emphasis on labour-intensive work which sustainably improves the quality of life, especially in the following sectors:
 - health and social work
 - education and training
 - caring for young, old and handicapped
 - conserving and restoring damaged habitats and threatened species
 - recycling.

Reproductive Health: Reconciling Rights and Responsibilities

Basic reproductive health services should be extended to everyone as soon as possible through a new model of Primary Reproductive Health Care.

Background

The world's population will swell by more than 85 million every year for the next quarter century. According to the United Nations, the global total may swell to 10 billion by 2050 on the medium projection, or to 12 billion if human development is neglected. This growth will have immense social and environmental consequences.

At the same time some 350 million couples are without access to modern family planning, plus many millions of single people, single parents and adolescents.

The Commission believes that population as numbers does matter - but only because of its impact on population as people, on their quality of life. And success on the numbers front is only possible if people's rights - to dignity, to choice and to counselling and information - are fully respected.

However, the Commission's regional hearings found that over-zealous concern with numbers has sometimes led to insensitive family planning programmes, abuse of women's rights, and a stress on methods of contraception that the user cannot control - such as sterilization, injectables or implants.

The new concept of reproductive rights advanced at the Cairo International Conference on Population and Development will help to reduce abuses. It

recognizes family planning as a right among other rights. And it treats family planning as an integral part of health, covering safe motherhood, fertility and infertility, and sexually transmitted diseases as well as family planning.

But the practical side of delivering reproductive rights has not yet been elaborated. If we insist that the full range of reproductive health services must always be provided, there is a risk that poor areas in poor countries may not receive any services at all for decades.

Major recommendations

1. Primary Reproductive Health Care

Priority should be given to extending basic reproductive health services to everyone as soon as possible, including men, unmarried people, and adolescents. To this end we need to define a model of Primary Reproductive Health Care – a basic minimum of services, accessible and affordable for everyone in all countries. On the model of primary health care, this would not provide all aspects of care at all levels. At village or neighbourhood level it would provide a choice of user-controlled methods of family planning, plus prevention of sexually transmitted diseases and infertility, and safe motherhood. Longer-acting contraceptives, and more complex treatments for infertility or complicated pregnancies would be referred to higher levels.

UNFPA, together with WHO, UNICEF and UNIFEM, should elaborate the details of Primary Reproductive Health Care.

2. There should be increased funding for research and development of safe and effective contraceptives that are user-controlled, and contraceptives for men.
3. Ethical standards are needed to guide development of new reproductive technologies. A joint committee of United Nations agencies should be set up to develop these. The standards to be set should consider both

human rights and gender equality. At national level, the assessment and regulation of new technologies should apply equally to technologies intended to reduce fertility and to those meant to treat infertility.

4. The Commission opposes any form of direct or indirect coercion in family planning.

This includes physical coercion, fines, withdrawal of benefits and other violations of basic rights. The Commission also opposes incentive payments or promises of promotion for health or social workers who attain numerical targets in recruiting contraceptive users, since these invite abuses at local level.

Voluntary programmes to promote the use of contraceptives are far more effective and sustainable than those involving coercion.

5. An international declaration on reproductive rights.

To formalize the concept of reproductive rights, international leaders from like-minded countries should formulate a declaration on reproductive rights.

This would include freedom of choice; Primary Reproductive Health Care; quality of service; right to counselling; user participation and so on.

6. Abortion should be de-criminalized.

The Commission rejects the use of abortion as a primary means of contraception, or as a state policy to regulate population numbers. To improve safety abortion should be made available within the context of health services.

The Commission recommends that abortion should be de-criminalized, but that abortion use to select the gender of children should be prohibited and penalized.

7. Population policies should include not just family planning, but also health, education, women's status and other factors that influence people's choice of family size.

Population issues cannot be resolved by policies and measures intended exclusively to lower the fertility rate, nor by concentrating solely on demographic factors.

The report recommends an inter-departmental approach to political decision-making about population. Population lies at the core of a government's agenda. And the North has no right to advise the South concerning population growth if it does not enunciate its own policies regarding changes in population.

Population dynamics are not an isolated sector. They are part of the larger social system, whose interacting elements have a direct bearing on options offered and decisions taken by people about human reproduction. The Commission's approach was based on both scientific methodology and the evidence gathered during its seven public hearings throughout the world.

Background Information on the Commission

The Independent Commission on Population and Quality of Life began work in 1993. It was set up and funded by a consortium of governments (Canada, Germany, Japan, the Netherlands, Norway, Sweden and United Kingdom), international organizations (United Nations Population Fund, International Planned Parenthood Federation, and World Bank) and private foundations (Ford, Rockefeller, MacArthur, Hewlett, and Mellon). Its mission was to develop a fresh vision in matters of population and quality of life.

As well as its own sessions the Commission held seven regional hearing and several expert consultations and commissioned sixty-two expert papers.

THE COMMISSIONERS

President:

Maria de Lourdes Pintasilgo

Former Prime Minister: Portugal

Members:

Monique Béguin

Former Minister of Health; Dean, Faculty of Health Sciences. Canada.

Ruth Corrêa Cardoso

Directora of Social Programmes. Brasil

Karina Constantino-David

President, Caucus of Development NGO Networks; Professor of Community Development. Philipines.

Eleanor Holmes Norton

Member of Congress. United States.

Bernard Kouchner

Founder, Médecins sans Frontières; Member, European Parliament. France.

Maria Anna Knothe

President, Centre for Advancement of Women. Poland (1994-1996).

Eva Letowska

Jurist in human rights; former national Ombudsman. Poland.

Vina Mazumdar

Founder-director, Centre for Women's Development Studies. India.

Hanan Mikhail-Ashrawi

Member of Parliament, Palestinian National Authority.

Taro Nakayma

Former Minister of Health; Member, Lower House of Diet. Japan.

Olusegun Obasanjo

Former Head of State. Nigeria.

Jan Pronk

Minister for Development Cooperation. Netherlands.

Pu Shan

Member, Standing Committee, Chinese People's Consultative Conference;

President, Graduate School, Academy of Social Sciences. China.

Augusto Ramirez-Ocampo

Former Minister of Foreign Affairs; Member of Parliament. Colombia.

Juan Somavia

Ambassador, Chair of the United Nations World Summit for Social Development. Chile.

Aminata Traoré

Chair, Amadou Hampatê Bâ Centre for Human Development. Mali.

Beate Weber

Mayor of Heidelberg. Germany.

Anders Wijkman

Assistant Administrator, United Nations Development Programme. Sweden.

Alexander N. Yakolev

Member, Academy of Sciences; Chair, Presidential Committee on Rehabilitation of Political Prisoners. Russia.

CADERNOS TEMÁTICOS 3 E 4

Maria de Lourdes Pintasilgo esteve muitos anos à frente do seu tempo. Guiada por uma ideia de utopia positiva, ou seja, por uma ideia de que o possível deve ser o motor da ação humana que nunca se deve pautar apenas por responder ao imediato existente, MLP procurou sempre interpretar as questões problemáticas em termos de criar novos horizontes de compreensão da vida e do viver humano. Nesse sentido, muitas das análises que fez e das soluções que propôs ainda hoje têm atualidade e pertinência. Particularmente inovador é o modo como procurou ressignificar o conceito de *cuidado* que resgatou ao espaço tradicional da vida privada, pensando em conjunto *cuidado* e *justiça*, para o transformar num ingrediente essencial na configuração de um novo paradigma para a política, no quadro da ideia de *democratização do político*. A coleção *Maria de Lourdes Pintasilgo e os Desafios da Sociedade Contemporânea* pretende, exatamente, divulgar alguns textos onde os contributos originais do pensamento de MLP sejam mais paradigmáticos e evidenciem a sua capacidade de responder também às questões do mundo em que vivemos.



ISBN 978-972-99870-5-2

Com apoio de:



Promovido por:

